

EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A SUA EFETIVAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU ¹

Pedro Rui Mendes²

RESUMO

Este trabalho trata do processo de inclusão das pessoas com deficiência na Guiné-Bissau. Uma pesquisa que visa trazer à tona, discussão sobre integração social e entender como que estas pessoas estão vistas nas escolas assim como na sociedade também, tentar compreender como os deficientes conseguem integrar nas escolas públicas sobretudo nos interiores do país, os atendimentos nos postos de saúde, transportes e as oportunidades dos empregos. Essa investigação busca tratar da Educação Especial Inclusiva na Guiné-Bissau evidenciando alguns dos desafios e perspectivas para sua efetivação. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, em que foram entrevistados, via whatsapp, 02 (dois) docentes sendo um deles promotor da Educação Inclusiva e Inclusão Social, e o outro, presidente do Conselho Consultivo Nacional das crianças e jovens da Guiné-Bissau Escola Nacional de Inclusão. Com a realização dessa pesquisa foi possível constatar que, por um lado, que apesar da criação de lei que versam sobre a dignidade humana, em Guiné-Bissau, ainda é possível afirmar que os/as estudantes com deficiência enfrentam discriminação de alto nível. E de outro, que apesar de Guiné-Bissau ser um país com uma grande diversidade cultural e étnica, ainda tem poucos avanços, sobretudo quando se fala da Inclusão das Pessoas com Deficiência e Pessoas Vulneráveis.

Palavra-chave: educação especial inclusiva; Guiné-Bissau; escola.

ABSTRACT

This work deals with the process of inclusion of people with disabilities in Guinea-Bissau. A research that aims to bring to light the discussion about social integration and understand how these people are seen in schools as well as in society as well, trying to understand how disabled people can integrate into public schools, especially in the interior of the country, health care, transportation and job opportunities. This research seeks to address Inclusive Special Education in Guinea-Bissau, highlighting some of the challenges and perspectives for its implementation. This is a qualitative research, in which 02 (two) teachers were interviewed via WhatsApp, one of them a promoter of Inclusive Education and Social Inclusion, and the other, president of the National Advisory Council of Children and Youth of Guinea-Bissau National School of Inclusion. With the realization of this research it was possible to confirm that, on the one hand, despite the creation of a law that deals with human dignity, in Guinea-Bissau, it is still possible to affirm that students with disabilities face high levels of discrimination. And on the other hand, despite Guinea-Bissau being a country with great cultural and ethnic diversity, it still has little progress, especially when it comes to the Inclusion of People with Disabilities and Vulnerable People.

Keyword: inclusive special education; Guinea-Bissau; school.

¹ Trabalho de conclusão do Curso-apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-Unilab, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia. Sob orientação Prof. Dra. Geranilde Silva Costa.

² Discente do Curso de Licenciatura em Pedagogia pela Unilab

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende desenvolver um estudo sobre os desafios e perspectivas da implementação de Educação Especial na Guiné-Bissau. O objetivo do trabalho, busca trazer à tona, as discriminações das pessoas com deficiências e os desafios enfrentados no ensino guineense durante anos. A metodologia adotada no trabalho, foi uma abordagem bibliográfica através da pesquisa qualitativa e de obras dos/as autores/as guineenses assim como, outros autores internacionais que abordaram a problemática da educação inclusiva. Para a coleta de dados realizamos entrevista individual online, via whatsapp com (2) colaboradores. Sendo entrevistado o Professor Iuri Fernando Impame, promotor da Educação Inclusiva e Inclusão Social, e também o Sr. Jaim Agostinho Cá, presidente do Conselho Consultivo Nacional das crianças e jovens da Guiné-Bissau “Escola Nacional de Inclusão”, deputado do primeiro parlamento juvenil e ativista social e dos Direitos Humanos.

Além disso, a pesquisa pretendeu trazer algumas perspectivas que poderiam ser buscadas e discutidas a nível nacional sobre a inclusão social, e entender a realidade sociais que a deficiência é um fenômeno natural. Por isso que as pessoas com deficiências deveriam ser tratadas como qualquer indivíduo na sociedade, e merecidas grandes atenções pela sociedade principalmente para o estado guineense. Sendo assim, a educação e saúde deveria ser gratuita a essas pessoas, ou seja, em outras palavras, o governo como entidade que gera a educação no país, tem obrigação de garantir uma qualidade do ensino e do atendimento à saúde a todos os cidadãos nacionais. Importante ressaltar que em geral em Guiné-Bissau as nomenclaturas Educação Especial, Pessoas com Deficiência, Pessoas com Necessidade Especiais, são em geral utilizadas como sinônimos. De modo que nesse trabalho também faremos essa mesma utilização.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA GUINÉ-BISSAU

A Guiné-Bissau fica situada na costa Ocidental da África, limitada a Norte pela República do Senegal e pelo Leste e Sul da República da Guiné Conakry e Oeste pelo Oceano Atlântico. E tem uma superfície total de 36.125km incluindo os territórios das águas que constituem os arquipélagos e conta com 88 ilhas. De acordo com Uangna (2023, p. 25) “os dados atualizados em 2020 pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), a população compreende 1. 624.945 habitantes, dos quais 822.990 são mulheres, e 801.955 são homens” (INE 2018).

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE 2020), “ República da Guiné-Bissau é um país plano com um clima tropical e apresenta extensas planícies áridas. A parte continental, cortada pelos rios caudalosos, como Corubal, Cacheu, Geba, Mansoa, Rio Buba, Rio Cacine e outros, é ocupada pela floresta de Cantanhez, savanas e extensa área de mangal”. Um país que está dividida em três províncias: (Norte, Leste e Sul), conta com oitos regiões Administrativas Biombo, Cacheu, Oio, Bafatá, Gabu, Quinara, Tombali e Bolama/Bijagós e um (1), Setor Autónomo, a Capital Bissau.

O país registra trinta e nove setores incluindo aldeia/tabancas. E conta com mais de 20 grupos étnicos os maioritários são: Balanta, Fula, Papel, Manjacos, Mancanhas e Mandingas além disso, cada grupo Sétnico têm as suas crenças e práticas religiosas, respeitando as diferenças dos outros.

3 JUSTIFICATIVA

3.1 MOTIVAÇÃO PESSOAL E ACADÊMICA

A escolha do tema partiu da minha experiência e vivência que tive na Guiné-Bissau no ano 2005, quando eu estudava no ensino primário, numa escola próxima da nossa aldeia Plantar na Secção de Có, Região de Cacheu. Naquela aldeia, vivenciava uma prática de exclusão social de uma menina chamada Nadia³, nasceu com a síndrome (autista), e tinha dificuldade para chegar a um lugar, e assim, precisa de um acompanhante para orientá-lá.

Aos 10 anos de idade, quando ela ingressou no ensino primário, o seu genitor entendia que essa menina deveria estudar como as outras crianças dentro da comunidade, e ser matriculada na escola. Na turma, ninguém gostava de sentar perto dela, às vezes quando começa a conversar, as colegas todos giravam olhando a forma que ela estava falando, e outros tinham medo de sentar próximo dela, porque ela era uma criança com deficiência. No quarto ano de escolaridade, a mãe dela faleceu, e então passou a morar com algumas famílias.

Tempo depois, seu pai começava a sentir muitas dificuldades de poder ter pessoas que poderiam ajudar a cuidar da menina, pois ele era sozinho e não podia fazer tudo que a menina precisava no momento. Então, como essa situação, ele avaliava que não valia a pena que Nádia continuasse a frequentar a escola, porque ela tinha deficiência, portanto, deveria ficar em casa. Ainda constata que o pai da menina não tinha condições

³ Nome fictício.

financeiras para continuar a pagar as propinas da escola da sua filha porque a escola é de autogestão, de modo que o pai não tinha meios financeiros de custear os estudos dela.

Outro caso de exclusão social das Pessoas com Deficiência (PcD) que vivem na Guiné-Bissau, tem a ver com a minha própria família. Acontecia com o meu irmão mais velho, que faleceu e deixou (2) dois meninos na nossa aldeia, o mais velho nasceu mudo, e tinha dificuldades de expressar e somente comunicava através dos gestos. Depois da morte do pai, a tia deles decidiu pegar a criança mais pequena que não tinha deficiência e a matriculou na escola. No entanto, o menino PcD ficou na aldeia, contudo ninguém na família se responsabilizou por ele, ou se criou as condições mínimas para garantir a ele uma educação, a família ainda dizia que com o tempo ele iria se comunicar bem.

A única coisa que a família se responsabilizou foi em oferecer uma cuidadora para o menino, além da alimentação, vestuários e outros benefícios necessários. Uma vez, na minha presença, em plena brincadeira com outras crianças na casa da vizinha, ele foi expulso por uma senhora questionando que ele era mudo, e que por isso não podia brincar ou estar junto com os seus filhos. A mesma ainda afirmou que as crianças com deficiência são “Irã”. Segundo o Instituto Nacional de Educação (INE) de Guiné-Bissau, a nomenclatura Irã é utilizada para classificar as crianças que nascem com alguma deficiência, assim, são tidas como amaldiçoadas,

Ou seja, a punição de Deus, à sua família, assim, “O assassinato normalmente é feito por meio de um ritual tradicional, onde a criança é levada para as margens do mar e abandonada, ou seja, jogada dentro de um bagabaga” (INE, 2009).

Até o momento que saiu da Guiné-Bissau em 2019, existia somente três estabelecimentos de ensino para as crianças com deficiência.

O governo guineense, não criou as condições, ou seja, as políticas públicas necessárias em termos de inclusão social para que as crianças com PcD possam se sentir mais confortável dentro do processo de ensino. No entanto, entendo que para o desenvolvimento dessas crianças exige-se um pleno esforço e mobilização da família, escola e da comunidade.

Por isso, essa é uma das razões fortes para a escolha desse tema de pesquisa deste Trabalho de Conclusão de Curso da Pedagogia.

Com essa minha pesquisa quero contribuir para aumentar referências bibliográficas para esta temática de pesquisa, porque na elaboração dessa pesquisa pude constatar que tem poucas referências bibliográficas que falam deste assunto na realidade na Bissau guineense.

Os parceiros internacionais como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), e outras Organizações não governamentais (ONGs), têm apoiado a educação da Pessoa com Deficiência na Guiné-Bissau, a criação das escolas no país.

Neste sentido, temos a Escola Benga Branca na cidade de Bissau, criada no ano 2003, que ocupou algumas turmas da escola do Ensino Básico Unificado Salvador Allende, para trabalhar com alunos/as PcDs. Mas no primeiro ano trabalhava somente com um número reduzido desses estudantes, tendo em conta que o espaço era suficiente para acolher as mesmas. Essa escola foi coordenada pela Associação dos Surdos da Guiné Bissau, não conseguiu receber todas as crianças com deficiências da cidade, e nem mesmo aquelas dos bairros periféricos de Bissau, de modo que:

O acesso à escola ou o direito à educação é garantido pela constituição da república da Guiné-Bissau que, independentemente da situação econômica, cultural e social das crianças, elas têm por direito de frequentar as escolas públicas e são isentadas da taxa de matrícula assim como da propina durante o ensino básico. Dessa forma, a educação inclusiva que é garantida também pela lei mãe e, por outro lado, a lei de bases de sistema educativo, apoiando assim a inclusão das crianças com deficiência nas escolas; sendo, portanto, a inclusão escolar um direito garantido pelas leis guineenses acima citadas (Ialá, 2021, p. 15)

A Constituição da República de Guiné-Bissau, no seu artigo 49º garante o direito à Educação gratuita a todos os cidadãos, aos diversos graus de ensino sem distinção das pessoas, sexo, cor de pele e raça. Sendo assim, pergunto-me, porquê que as Pessoas com Deficiências são discriminadas, uma vez que está escrito na Constituição, que a educação é um direito e dever do estado.

Segundo Mayor (1994) o direito à educação para todos os indivíduos está bem descrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, essa garantia foi dada ao mundo na Conferência Mundial em 1990, de modo a assegurar os direitos a todos, independentemente das diferenças individuais. Também, realça a importância das Organizações Internacionais (1993), que se preocupam com a igualdade e oportunidades dos PcDs, e apela aos Estados, no sentido de garantir o ensino PcDs, para que sejam incluídos no sistema educacional a nível mundial.

Para Arcanjo (2021) pesquisadora que estuda sobre as Pessoas com Deficiência em Angola, recebia a explicação da sua mãe, que na província de Kwanza-Sul de Angola, a escola recebeu PcD, no entanto os/as professores não tinham a formação pedagógica devida nesta área para saber lidar com as crianças na escola. Importante, dizer que algumas tradições africanas, como no caso da Guiné, alguns indivíduos associam a deficiência com questões sobrenaturais a uma pessoa doente.

Mas é preciso trabalhar em colaboração para promover a inclusão social, em todas as esferas da decisão e os respeitos aos PcDs. Noutro sentido também, é preciso realizar uma campanha de sensibilização cívica a partir da educação. De modo a superar os preconceitos e criar as políticas que defendem os direitos das dos PcDs.

Em razão disso, enquanto estudante do curso de Pedagogia, tive o privilégio de ingressar 2023 no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), atuando como bolsista onde pesquisamos o tema: “Valorização das culturas popular, em especial do matriz afro-brasileira, a partir de implementação da Pedagogia Griô”, que traz parte também, do tema “Mestre/as dos saberes tradicionais populares”. A partir dessa experiência passei a ter uma maior noção de como trabalhar com as crianças em sala de aula, o papel e a importância de ser um docente.

A primeira vez que entrei na sala para observar uma aula foi na turma de infantil III, em uma das escola de ensino fundamental I no município de Redenção (CE), todavia me deparei com uma criança que possui laudo clínico com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). Confesso que fiquei muito *admirado, e me perguntei: Será que no Brasil é assim que se funciona ... uma criança com Transtorno do Espectro do Autismo estuda na mesma escola com outras meninas que não tem deficiência?*

Quando voltei para casa perguntei ao meu colega sobre o assunto da inclusão escolar nas escolas brasileiras. Ele disse que o governo brasileiro tinha criado uma política de inclusão escolar, diferente com alguns países no mundo, em que todas as pessoas com deficiências têm os direitos de estudar na mesma escola. Neste sentido, passei a perceber como se funciona o procedimento de inclusão social nas escolas brasileiras principalmente no ensino fundamental, uma vez que eu estava presente na escola para fazer estágio, observar a realidade da escola com alunos, entre os funcionários e a direção da instituição, conhecendo de perto como funciona a gestão escolar.

No entanto, no decorrer do estágio curricular por várias vezes quando estava em sala de aula, as criança com TEA, quando chamavam as professoras de ‘tia’, ela não respondia e/ou atendia essas crianças, nem prestava atenção a essas crianças, ou seja, desprezava totalmente esses/as estudantes. De modo que esse tipo de situação acabava limitando a participação do aluno na escola.

Então no meu entendimento pensei assim: *Será que vale a pena juntar as crianças com TEA com outras que não tem deficiência, se alguns professores/as não estão preparados/as para atender esses/as alunos em aulas? E nem dão a mínima atenção a estas crianças?*

Durante os estágios que fiz no curso da Pedagogia, observei que de um modo somente os cuidadores trabalham com os alunos com TEA. Avalio que isso demonstra que, alguns professores dos ensinos fundamentais não têm a devida formação pedagógica para ensinar com esses/as estudantes. Assim, essas crianças não têm oportunidade para brincar e aprender juntamente com outros meninos e meninas na escola, e assim se socializar.

Assim, para fazer com que a criança com TEA vença alguns obstáculos que poderão dificultar a sua aprendizagem na escola, é necessário preparação pedagógica, para trabalhar com esses/as alunos/as, e assim eles e elas acabam por ser excluídos dentro da própria escola. Dessa forma é preciso entender que “Discutir a inclusão escolar é discutir a escola na sua organização, gestão, práticas pedagógicas e concepções. Vale retomar que a instituição é criada para poucas pessoas, as livres, sem doenças, homens, a elite social, considerados os normais” (Lúcio, 2021, p. 8).

Esse é um dos motivos que me levou a escolha desse tema da pesquisa, descrever as situações em que se encontram os PcDs nas escolas de Guiné-Bissau, e como estão vivenciando a escola. Para tanto, espero que esta pesquisa possa alertar a comunidade guineense a ter consciência e trabalhar mais no processo de acessibilidade e inclusão PcDs na educação e nas escolas da minha terra. Acredito que esta pesquisa vai servir de base referencial teórica para futuros pesquisadores/as nesta temática.

4 OBJETIVOS

4.1 GERAL

Analisar os desafios e perspectivas da Educação Especial em Guiné-Bissau.

4.2 ESPECÍFICOS

Compreender os principais problemas que influenciam as exclusões dos alunos/as com necessidades especiais no ensino educacional.

Entender como se dá o processo de elaboração das políticas públicas voltadas para a educação especial guineense.

5 EDUCAÇÃO ESCOLAR NA GUINÉ-BISSAU

A Guiné-Bissau é um país da África, que antes da independência o ensino era informal, o conhecimento era transmitido do mais velho para os pequenos, ou seja, como

dizia o pai da Nação guineense Amílcar Cabral, segundo informado por Borges⁴ (2025) "Amílcar Cabral tem uma frase que é muito importante: 'aquele que sabe ensina àquele que não sabe'. Ou seja, há uma transferência do conhecimento, algo que aconteceu durante toda a luta de libertação" (Borges, 2015).

Na época, havia homens com experiências que transmitiam os conhecimentos em diferentes áreas, por exemplo: na prática agrícola, os que tinham domínio costumavam ensinar, assim que era o ensino no período colonial, pois não havia currículo escolar, assim:

[...] Na Guiné naquela época não havia escola, nem um profissional em termo educativo, mas cada um homem adulto tem um conhecimento tradicional para transmitir. Mas a educação não é um campo específico na vida cotidiana dos guineenses, mas o importante é ensinar o conhecimento tradicional que os mais velhos vivenciam e as práticas culturais (Cá, 2005, p. 34)

O colonizador português entendia que era necessário programar o ensino formal, para que o povo guineense se assimilado. Tudo isso com ajuda da igreja católica que chegava nos séculos XVI e XVII, e assim, para ser escolarizado a população deveria deixar a sua cultura africana. Sobre essa questão Cá (2005), afirma:

O objetivo dos colonizadores não é somente alfabetizar o povo guineense, mas sim, acabar com todas as línguas tradicionais que foram comunicadas na época, eliminar os costumes tradicionais e negligenciar o crioulo. Para ter acesso a um bilhete, a pessoa tem que saber ler, escrever e se comunicar em português. (Idem, 2005)

Depois do Congresso de Cassacá em fevereiro de 1964, o Partido Africano da Independência Guiné-Cabo Verde (PAIGC), criou as escolas em diferentes bases das regiões libertadas em alguns lugares dos destaques como forma de combater a ignorância do colonialismo e usava todos os mecanismos que foram possíveis. E passou a acrescentar alguns pontos para melhorar o ensino como:

Reforma no ensino, desenvolvimento do ensino secundário e técnica; criação do ensino universitário e Institutos científicas técnicas profissionais; erradicar o analfabetismo; o ensino primária é obrigatório e gratuito; implementação dos quadros técnicos e profissionais do ensino. (Macedo, 1977, p.166)

No período da independência aconteceram muitas realizações, a educação passou a ser vista como o caminho de mudança social. Em 1975, o PAIGC implantou

⁴<https://www.dw.com/pt-002/para-am%C3%ADlcar-cabral-a-educa%C3%A7%C3%A3o-era-a-principal-armada-liberta%C3%A7%C3%A3o/a-18200807>

novo modelo do ensino que permitia aos/às estudantes se deslocarem do campo para poderem trabalhar e aprender a prática básica de cultivo. Com essa implementação do sistema do ensino, permitiu uma mudança do desenvolvimento de gestão governamental em relação ao passado, transformar o modelo que foi implantado pelo português, inverter o sistema de acordo com a realidade guineense. Segundo Cá (2005):

Essa nova transformação de educação voltada a realidade guineense, associado ao trabalho produtivo no campo, não foi concretizado, ou seja, colocar em prática nos últimos anos pelo que, o governo não correspondeu à expectativa de garantir uma educação gratuita, que permite com que todos os cidadãos têm acesso um ensino de qualidade no país. Houve muitos problemas de gestão como: problema do sistema, infraestruturas e salários dos profissionais etc (Cá, 2005, p. 6).

Por isso, se diz que a educação é um direito de todos os cidadãos terem acesso gratuito, assim, cabe ao governo garantir um ensino de qualidade a todos, com vista mais abrangente no sentido o direito à vida e a convivência familiar. Dessa forma, pode garantir uma abordagem prática verdadeiramente a uma educação.

5.1 ACESSO À EDUCAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS

A Guiné-Bissau é um país com dificuldade de acesso às políticas públicas voltadas aos PcDs. Segundo a Constituição da República de Guiné-Bissau (1996), no seu artigo 49º,

- 1- Todo o cidadão tem o direito e o dever da educação.
- 2- O Estado promove gratuidade a igualdade e possibilidade de acesso a todos os cidadãos aos diversos graus de ensino.
- 3- É garantido o direito de criação de escolas privadas e cooperativas.
- 4 - O ensino público não será confessional (Constituição da República de Guiné-Bissau, 1996, p. 18).

Enquanto que a Lei de Base da Educação (2010), indica que o ensino guineense, diz:

1. A educação especial tem em vista ministrar cuidados educativos adequados a indivíduos portadores de deficiências físicas ou mentais e a crianças super dotadas.
1. A educação especial realiza-se em estabelecimentos regulares de ensino, bem como em estabelecimentos específicos, em função do tipo e grau de deficiência e do ritmo de aprendizagem do educando.
2. Os currículos, programas e sistemas de avaliação devem ser adaptados a cada tipo e grau de deficiência, assim como ao ritmo de aprendizagem do educando.
3. O Estado e outras entidades públicas e privadas devem apoiar ações na área da educação especial.
4. A definição de regimes gerais da educação especial, no âmbito, nomeadamente, pedagógico e técnico, compete ao departamento governamental responsável pela

coordenação da política educativa (Lei de Bases de Sistema Educativo, 2010, p. 15).

A Lei de Base da Educação nos artigos 2º do parágrafo 1º, 5º / artigos 12º parágrafo garante que a educação como direito universal a todos os cidadãos e determina o seu acesso obrigatório e gratuito. Ainda o mesmo documento indica nos artigos 33º e 34º, que a educação especial deve ser ministrada num estabelecimento do ensino de acordo com o indivíduo com deficiência, quer seja física, visual ou auditiva, numa escola pública ou privada, que garanta o espaço confortável, o currículo neste sentido, deve ser adaptado com o grau da deficiência do aluno. No entanto, observamos que as escolas públicas não têm condições para acolherem as crianças especiais, não têm materiais didáticos e as metodologias não apropriadas para o ensino bilíngue.

Conforme dados de Recenseamento Geral da População e Habitantes (RGPH), realizado em 2009, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), o resultado de população é de aproximadamente e 1.874.309 de habitantes nos últimos anos (Banco Mundial, 2020)

Sendo que foram registradas 13.590 Pessoas com Deficiência, ou seja, 0,94% da população da República da Guiné-Bissau. A estrutura etária por sexo dessas pessoas mostra que a deficiência afeta 53,9% dos homens e 46,1% das mulheres no país. Assim,

A deficiência visual parcial é aquela que mais predomina a nível nacional afetando (28,9%) da população com deficiência, ou seja, 29 em cada 100 deficientes são cegos parciais representando as mulheres a maioria (32,3%) do que homens (26,1). Em seguida, aparece a deficiência dos membros inferiores com 26,1%, e atinge mais as pessoas masculino (27,9%) do que feminina (23,9%) . Cerca de (7%) das pessoas com deficiência são doentes mentais (6,7%). Em menor proporção, (3,5%), aparece com deficiência visual total, atingindo mais as mulheres 4,3% do que os homens (2,9%). Do ponto de vista do meio de residência, a deficiência predomina mais no meio rural, com 54,4% contra 46,6% no meio urbano, a taxa de incidência ao nível rural é de 0,56% e ao nível urbano 0,38% (INE, 2009)

Ainda para o Instituto Nacional de Estatística (INE 2009, p.11), o Setor Autónomo de Bissau é onde predomina maior números da população com deficiência, sendo:

- 24,8% das pessoas com deficiências residente (26,3% homens e 23% mulheres);
- Cacheu com 16,7% (18,5% mulheres e 15,2% homens);
- Oio com 12,5% (12,7% mulheres e 12,3% homens);
- Gabú 12% (12,45 homens e 11,5% mulheres);
- Bafatá com 11,9% (12,1% homens e 11,8% mulheres);

- Biombo com 8,5% (9,4% mulheres e 7,8% homens);
- Tombali com 6,1% (6,5% homens e 5,7% mulheres);
- Bolama-Bijagós com 4,2% (4,2% mulheres e 4,1% homens) e,
- Quinara com 3,2% (2,3% homens e 3,1% mulheres).

Enquanto para a Liga dos Direitos Humanos da Guiné-Bissau, revela que, das 13.590 pessoas com deficiência no país, 23% têm o ensino básico unificado, enquanto 11% têm o ensino secundário; 1% tem meio 1% universitária. Se observamos os dados estatísticos que foram revelados pela organização, dá para entender que é preciso da intervenção do governo assim como da própria família dos deficientes. Porque o governo não criou as infraestruturas escolares para garantir o ensino de qualidade, por isso, existem muitas pessoas com necessidades especiais fora do sistema educativo.

Jailson Carlos Nanque (2023), pesquisou sobre a inclusão social de estudantes guineenses e afirmou que nenhuma escola pública do país, incluía os/as alunos/as com deficiência, mas graça a iniciativa das escolas privadas, casas de Acolhimentos como: Associação dos Surdos da Guiné Bissau (ASGB), (AGECE) e casa orfanato Emanuel, Aldeia de Crianças (SOS), Organização que apoia as crianças em risco e Jardim Infantil casa de Acolhimento Bambaram entre outras escolas que passou a se encarregar de educação das pessoas com deficiências na Guiné -Bissau.

Diante disso, se faz necessário analisar os desafios e perspectivas da Educação Especial em Guiné-Bissau, sendo este o objetivo dessa pesquisa.

O acesso à educação das Pessoas com Deficiência, ou seja, o ensino especial na Guiné-Bissau é um fenômeno muito preocupante, que assola a sociedade guineense principalmente esse público.

Conforme a Lei de Base do Sistema Educacional guineense (2010), nos seus artigos 33º e 34º, afirmam que a educação especial deve ser ministrada no estabelecimento do ensino apropriado de acordo com grau da deficiência e ritmo de aprendizagem de cada educando, utilizando a metodologia bilíngue.

Sendo assim, se observar as garantias face à lei que recomenda a existência do ensino especial, vai entender que existe, mas a forma em que os/as alunos estão estudando dá para analisar que não corresponde às estimativas. Neste sentido, não é somente rubricar acordo, mas sim é preciso que o seu comprimento seja colocado em prática, para que possa garantir o ensino de qualidade Nanque (2023).

Lembrando que, educação especial é criada no sentido de inclusão social para garantir o ensino de qualidade também, eliminar a discriminação que tem vindo

verificado nas escolas ao longo dos anos, e deixando muitas crianças fora do sistema. Esta proposta de inclusão propõe um modelo do ensino que visa promover uma educação de qualidade e atende todos/as os/as aluno/as com necessidades. Assim, “Para que a educação inclusiva torne-se realidade, é preciso, também, que os sistemas educacionais oportunizem cursos de formação aos seus educadores para atuarem com alunos com necessidades educacionais especiais” (Silva, 2006, p. 4).

Conforme o Relatório da Liga dos Direitos Humanos da Guiné-Bissau, é preciso pautar na possibilidade de criar as políticas públicas que visam garantir o direito de igualdade no estabelecimento de ensino guineense, onde terá que incluir todos os alunos na mesma condição (LDH-GB, 2007). Isso porque,

A inclusão é um princípio que garante a todas as condições de igualdade e oportunidades de aprendizagem independentemente da deficiência do aluno. A ideia da inclusão deve ultrapassar a questão da aceitação da diferença, mas sim, buscar também mecanismos para ampliar o acesso à educação de qualidade. Razões disso, os educadores têm um papel fundamental na inclusão dos alunos com deficiência também, a escola tem que estar preparada para receber qualquer aluno. (Idem, 2023 p. 71).

São as barreiras que dificulta os/as estudantes PcD terem acesso à escola na Guiné-Bissau, fato que norteia grandes números das pessoas com deficiências está fora do sistema do ensino, principalmente nas cidades, nos bairros periféricos assim como, nas Regiões, zonas urbanas e rurais. Não existe integração nas escolas públicas de modo que alguns crianças foram maltratados pelos preconceitos e discriminação, maiorias das famílias preferem que a criança não possa estudar e obrigam grande números das crianças desconhecem a existência da escola, para Gomes (2021):

De acordo com relatório da liga guineense, é verificada baixa taxa de escolarização, insuficiência de redes escolar, educadores, as infraestruturas, insuficiências dos materiais didáticos grandes distâncias que separam os alunos das suas residências a escola, dificuldades de acesso transporte entre outros requisitos (LDGH 2007, p.23). (Gomes, 2010, p. 6).

Perante essa situação, é preciso tratar com aqueles/as que fazem a escola, mostrando que a aprendizagem é um aspeto muito importante, sobretudo no espaço público como a escola, pois através da integração é que o/a aluno/a é capaz de aprender e de se socializar com outra colegas no ambiente confortavel. De modo que o ambiente escolar ensina o/a aluno a conhecer, vivenciar diferentes convivências com outras pessoas e ajudar no seu crescimento, por isso, que o/a estudante com deficiência não deve ser

excluído da convivência social porque todos têm direito de aprender na mesma escola, Mantoan (2015).

De acordo com Sanha (2022) e Fumagali (2012), a pessoa com deficiência, sempre é vista como alguém incapacitada fora do normal, que não pode desempenhar qualquer função na sociedade, somente escutando as opiniões dos outros. No entanto, Silva (2023), afirma:

na Guiné-Bissau, as pessoas com deficiências enfrentam muitas dificuldades em termos de integração na sociedade por motivo da deficiência, mesmo que o indivíduo tinha oportunidade de conseguir emprego, acaba de excluído e subjugado fora também, o autor realçar a importância que, muitas delas não tinham acesso a transporte público, saúde, educação e moradia em condição adequada. Em relação à escola, alguns deles são matriculados, mas acaba abandonando as salas de aulas por questão da distância e própria sistema que às vezes não favorece (Silva, 2023, p. 31).

Neste sentido, as exclusões continuam sendo visto nas próprias instituições, as pessoas com deficiências são alvos de ataques nos lugares públicos, foram discriminados pelos próprios conhecidos. Esta prática muita das vezes acontece na escola, a forma de tratamento das crianças com deficiência são tratadas, ou seja, vivenciando a prática de exclusão.

De acordo com Nanque (2023), comentou que no passado a história registrou várias formas de identificar a pessoa com deficiência, classificando de maneira pejorativa inferiorizar a sua capacidade, imitar com sobrenatural. Com o tempo, os seus direitos foram rejeitados e tornou-se uma preocupação para sociedade, pela forma da discriminação. Portanto, graças ao esforço da organização que defende as pessoas com deficiências, as práticas conseguiram ser suspensas por algumas pessoas.

Enquanto na antiga Roma não era aconselhável o nascimento das pessoas com deficiências, caso contrário quando nascia uma criança, a lei obrigava que os pais matassem a criança com a prática de afogamento no rio. Enquanto no período marcado pelo fim do império romano no século (V, ano 476) e (século, XV em 1453), apresenta início da idade média, onde indicadas as péssimas condições de vida das pessoas, em que a população rejeitaram o nascimento das pessoas com deficiência alegando que era castigo de Deus. Aqueles que porventura sobreviviam eram separados de suas famílias, porque viam neles seres amaldiçoados, como bruxas ou feiticeiros. Com o tempo, a religião cristã decidiu fazer caridade e acolher as pessoas de classe menos desfavorecida como forma de combater a prática de eliminação das pessoas que nasceram com deficiências (Guguel, 2007, p. 9).

Portanto, entende que a discriminação das PcD, não é um assunto de hoje, desde muito tempo essas pessoas são alvos das ameaças e maus tratos pelas pessoas na sociedade. Alguns indivíduos não sabem distinguir tipos de deficiência, ou seja, lidar com crianças especiais.

Como já tinha dito no início, a deficiência é um fenômeno que muitas pessoas não sabem lidar, no caso da Guiné-Bissau, a discriminação para as Pessoas com Deficiência continua existindo e dificulta aos deficientes acesso aos espaços públicos. Conforme Nanque (2023):

A desigualdade social é bem centralizada na sociedade guineense, principalmente contra os deficientes, ou seja, a falta das políticas públicas em diversas áreas e assim como as legislações que incentivam a inclusão, que proíbem discriminação, obrigou o afastamento de muitos deficientes da vida pública na Guiné Bissau (Nanque, 2023, p. 20)

A prática continua sendo vista até a presente data, não discutida nas instituições públicas para pôr fim a essa discriminação. De modo geral, a deficiência ainda têm muitas interpretações na sociedade, sobretudo nas etnias guineense, quando uma criança nasce com uma deficiência, as pessoas não sabem explicar a origem da mesma, se pode ser curada ou não, assim acontece muitas interpretação alegando que, a criança recém nascida com deficiência é Irã, sendo assim, um ser amaldiçoado, ou seja, é uma punição de Deus não pode ficar no seio da família está associado sobrenatural.

Sendo assim,

Desse modo, faz necessário que haja discussões sobre vida dos deficientes na Guiné Bissau como forma de permitir suas integrações na vida social do País, ou melhor dizendo, deve ser criadas condições que permitam a acessibilidade destes em todas as escolas do país, de modo a facilitar a integração destes no ensino. Em outras palavras, pode se afirmar que, muitas escolas também não têm planos que visam integrar essa classe no ensino e muito menos as condições para sua integração dentro e fora das escolas (Idem, p. 274)

Nanque (2023), ainda enfatizou que, o fator da deficiência parece ser um dos motivos populares da prática do infanticídio tanto na Guiné-Bissau como também, entre os povos indígenas no Brasil, Quênia e por quase todos os continentes. A causa principal para suspeita de criança-Irã é sem dúvida a deficiência. Mas também existem outras ocorrências como o tamanho da cabeça da criança.

De acordo com este autor, quando entre os papéis, manjacos e mancanhas nasce crianças com características consideradas não humanas, existem etapas a realizar para identificar se na realidade estão perante um ucó (espírito mau ou irã), ou se é uma pessoa (Costa 2023 apud Dias 1993).

Conforme a prática de eliminação física da criança com deficiência continua por algumas etnias guineenses, segundo o professor Dias (1996), explica que quando nasce uma criança com deformidade no seio da família, é sempre considerado irã.

Caso não seja afastado da sua mãe, poderá causar perigo ou, futuramente, ser ameaça de morte pela família. Neste sentido, se ambas partes tinham certeza que o recém nascido é um irã, se caso contrário a família pretendia eliminar criança, sempre é contatadas as mulheres (djambacuses), especialistas tradicionais sábios, onde a criança é levada junto com ovos e comida de leite ao mar, para submeter a prática. Quando deixando o recém nascido junto com os objetos a beira do mar, escondia no lugar esquisito observando se fosse irã, quando água chega junto dele, se foi um ser divino poderoso, vai comer a comida com ovos e desapareceu na água, mas no caso contrário não foi irã, a criança começa chorar, as mulheres vão saíam recuperar o recém nascido e voltar para casa Dias (1996, p. 9-10). Sobre esse assunto:

O Instituto Nacional de Estatísticas, indica que os Balantas, Mancanhis e Manjacos, em alguns casos elimina fisicamente crianças com deficiência, alegando que as crianças que nascem com uma deformidade, “iran”. Sendo, portanto, amaldiçoada, ou seja, a punição de Deus, à sua família, assim, “O assassinato normalmente é feito por meio de um ritual tradicional, onde a criança é levada para as margens do mar e abandonada, ou seja, jogada dentro de um bagabaga” (INE, 2009).

Por conta da deficiência na compreensão de vários autores, tentei trazer o António dialogando com o Inee, que trouxeram alguns detalhes sobre as pessoas com deficiência na realidade de Angola em comparação com o contexto guineense. Para ele, o nascimento de uma criança com síndrome de Down, ou seja, uma deficiência física com muitos casos, é vista como sendo causada pela cólera dos espíritos ancestrais do rio.

Também no caso da deficiência mental, algumas famílias explicam como sendo consequências da feitiçaria de alguns dos parentes mais próximos, geralmente que têm sido tio ou tia materno. Ainda acrescenta que, muitas das vezes no seio da família, a pessoa com deficiência sofre discriminação, por razão disso, o nascimento de uma criança com deficiência é motivo de um embaraço da família, porque a deficiência é vista por grande parte da população como evidência das forças do mal António (2024, p. 6 *apud* Inee 2006).

A Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD/G-B) foi criado em 2006, pela Assembleia Geral das Nações Unidas e entrou em vigor em 2008, com o objetivo de promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os

direitos humanos e das liberdades fundamentais de todas as pessoas com deficiência, promover o respeito pela sua dignidade. “Estabelece os princípios gerais, incluindo o respeito pela dignidade a liberdade da escolha e de independência; não discriminação; participação e inclusão; respeito à diferença e diversidade; igualdade de oportunidades (INDE 2019).

Nesta ocasião que Organização Mundial de Saúde (OMS, 2006), apresentou uma definição das “crianças em situação de risco”, referendo todos aqueles que sofrem quaisquer maus tratos, como abuso e negligência, incluindo todas as formas de deficiente tratamento físico e emocional, que resulta em danos, prejuízos ou maleficência para a criança (PENEI-GB, 2022 -2028, p. 6).

Neste sentido, pode compreender que a violação dos direitos humanos continua verificada no país, sobretudo, contra pessoas com deficiências. Uma vez que as maiores das pessoas não sabem distinguir a gravidade da deficiência, ou seja, forma de lidar com a deficiência na sociedade, continua mostrando-se bastante fragilizada sem o reconhecimento dos direitos das crianças, não cumprindo com algumas recomendações impostas pelas organizações internacionais também, não existe políticas públicas que permite às pessoas com deficiências participam nas tomadas das decisões. Por isso, uma das soluções para o efeito, é necessária uma campanha de sensibilização e educação das populações no sentido de melhor conhecimento da deficiência e sua prevenção. Uma campanha cívica integrada no programa de alfabetização, educação e informação da população nos órgãos das comunicações sociais assim para minimizar os preconceitos que têm vindo verificado na sociedade (LGDH, 2007).

6 METODOLOGIA

Quanto à natureza da pesquisa, é uma abordagem qualitativa, pesquisa bibliográfica que é realizada a partir de campo e permite fazer levantamentos das entrevistas, através das coletas das informações também, através das pesquisas nos livros, teses e monografias. A pesquisa de campo, sempre procura saber da forma de realização de pesquisa bibliográfica, qual é o assunto colocado em destaque, para ser abordado.

Para Gil (2008), a pesquisa qualitativa bibliográfica é desenvolvida a partir dos documentos já elaborados, de acordo com objetivo da pesquisa, este estudo tenha exigido algum tipo do trabalho dessa natureza, pesquisa desenvolvida a partir de fonte bibliográfica. Diante dessa perspectiva, pode-se entender que, a pesquisa qualitativa permite ao pesquisador realizar um trabalho muito amplo daquele que poderia ser investigado diretamente.

Com isso, a pesquisa objetiva compreender a “Educação Inclusiva: desafios e perspectivas para sua efetivação na Guiné-Bissau 2015 a 2025”. Com base nessa abordagem, é interessante realizar uma pesquisa bibliográfica para recolher as informações credíveis. Para fazer esse estudo, decidiu-se realizar uma pesquisa de campo segundo Lakatos Marconi (2003), afirma que a pesquisa de campo é aquela que utilizada com objetivo de procurar uma determinada informação, ou seja, permite o pesquisador conhecer um problema, para qual se procura a resposta do assunto ocorrido espontaneamente no campo.

A coleta dos dados foi realizada através das entrevistas semi estruturadas com as pessoas da Guiné Bissau no dia 6 de Março de 2025, por via celular, sobre aprofundar conhecimento da inclusão social nas escolas guineense. As entrevistas foram livremente abertas online, em que alguns indivíduos aceitaram o convite de participar na pesquisa.

Geralmente a entrevista é indicada para buscar informações sobre opinião, concepções, expectativas, percepções sobre objetos ou fatos ou ainda para complementar informações sobre fatos ocorridos que não puderam ser observados pelo pesquisador, como acontecimentos históricos ou em pesquisa sobre história de vida, sempre lembrando que as informações coletadas são versões sobre fatos ou acontecimentos (Manzini, 2004, p. 4)

Este tipo de entrevista permite ao/à entrevistado/a sentir livremente expressar a sua opinião de forma que ele conheça o assunto, assim para dar informação credível ao pesquisador. Para fazer acontecer as entrevistas, decidimos marcar um encontro individual online, com (2) colaboradores no horário de manhã, onde entrevistamos primeiro, com o Professor Iuri Fernando Impame, promotor da Educação Inclusiva e Inclusão Social em seguida, com Jaim Agostinho Cá, presidente do Conselho Consultivo Nacional das crianças e jovens da Guiné-Bissau “Escola Nacional de Inclusão”, deputado do primeiro parlamento juvenil e ativista social e dos Direitos Humanos.

7 ANÁLISES DAS ENTREVISTAS

Antes de iniciar as nossas conversas com os entrevistados, fiz questão de apresentar a minha proposta da pesquisa, o que motivou a escolha do tema, para depois começar as nossas conversas e apresentar algumas dificuldades que as crianças especiais estão enfrentando na escola.

Em seguida, apresento abaixo as questões dada pelo professor como:

Pergunta 1: - *Como que o senhor analisa o problema da Inclusão social na Guiné-Bissau?*

Informante 1:

A Guiné-Bissau tem vivo, constantemente da instabilidade política, que tem cristalizado toda a esfera social do desenvolvimento, sendo assim, a Inclusão Social não foge dessa estagnação, no entanto, no seu ponto de vista, apesar da Guiné-Bissau ser um país da diversidade cultural e étnica, mas ainda tem fracassado no avanço da Inclusão Social, sobretudo quando se fala da Inclusão das Pessoas com Deficiência e Pessoas Vulneráveis. De modo que, ainda existe muita discriminação social e exclusão social num sentido mais amplo (Iuri Fernando Impame, 2025).

Informante 2:

Analiso a inclusão social na Guiné-Bissau, como “ um menino que ainda precisa crescer para depois andar”, porque realmente a Guiné não está preparada para implementação do ensino inclusivo apesar os avanços que foram dados desde o ano de 1995, mas, que fundamentalmente não se tornou realidade até agora. Para além de ser um debate novo, nossas mentes enquanto guineenses não estão alinhadas com o propósito que todas as pessoas têm socialmente. Tem que se fazer muitas coisas (sensibilização, palestras e Djumbai comunitário com efeito) (Jaim Agostinho Cá, 2025).

Para a questão da inclusão social na Guiné Bissau, dá para entender que é um assunto muito interessante que merece ser discutido e colocado em prática para ser implementado. De modo geral, é preciso que o governo deveria fazer no máximo, elaborar as políticas educacionais que possam solucionar o problema de educação inclusiva no país de forma justa.

Pergunta 2: Em relação aos tratamentos das pessoas com deficiências visuais e auditivas nas escolas e nas sociedade guineense, como o senhor avalia o procedimento?

Informante 1:

Para Iuri enquanto produtor da Educação Inclusiva e Inclusão Social, através da Associação para Promoção da Educação Inclusiva e Inclusão Social da Guiné-Bissau (APEIIS-GB), uma organização que ele liderou, e ainda professor ativo do sistema, avaliou o tratamento das Pessoas com Deficiência visual e auditiva nas escolas de seguinte maneira: tendo em conta a falta de treinamento pedagógico dos alguns professores, acaba de constranger o aprendizagem das crianças nas escolas, muitas delas são tratados de forma parcial, por razões socialmente discriminatórias e preconceituosas, que às vezes por causas de conscientização social (Iuri Fernando Impame, 2025).

Informante 2

Afirmar que no seu ponto de vista, as crianças especiais enfrentam muitas preconceitos e descriminação na escola por isso que, muitas delas tinham dificuldades de enfrentar ingressar na escola assim como espaço público por causa do preconceitos. com essa procidemo o aluno acaba de ficar limitada e perder muitas oportunidades por motivo de racismo contra pessoas (Jaim Agostinho Cá, 2025).

De acordo com as intervenções dos entrevistados sobre tratamentos dos deficientes nas escolas e na sociedade, dá para entender que é uma situação muito lamentável e desumano, todos somos seres humanos, ninguém merece ser discriminado, inferiorizado e tratado de forma parcial do que outra pessoa na sociedade. Dessa forma, a deficiência é algo muito normal que indivíduo pode nascer com ele ou seja, apanhar. Neste sentido, se observar as pessoas com necessidade especiais não conseguem se integrar na sociedade, é por motivo do racismo mas isso, não deveria ter acontecido com ninguém.

Pergunta 3: *Como que o senhor avalia os recursos que o governo guineense disponibiliza para escola Bengala Branca?*

Informante 1:

Segundo os recursos que o governo disponibiliza para essa instituição não é suficiente para resolver os trabalhos na escola, o motivo que originou escassez dos materiais didáticos adequados, e com que existe dificuldades dos professores da transmissão de conteúdos para os alunos. por isso, o governo deveria fazer no máximo possível apoiar essa Instituição (Iuri Fernando Impame, 2025).

Informante 2:

O dever do Estado é construção de mais escolas especiais, equipar as salas com materiais próprios para cada aula, apostar na formação de quadro e maior acompanhamento dos alunos com algumas deficiências, assim podemos ter um ensino de qualidade no país (Jaim Agostinho Cá, 2025).

Sobre as dificuldades do funcionamento das escolas de Bengala Branca que foram elencados pelos entrevistados creio que é preciso que o Estado e a população em geral, precisa redobrar os esforços no sentido de trabalhar para melhorar aquela instituição do ensino. porque é um dos principais escolas da inclusão do Estado que acolher as crianças, apesar que não consegue receber quantidades dos alunos, mas dá para atender um pouco.

Pergunta 4: *Quais são os apelos que o senhor daria para alguns familiares que às vezes tem a criança deficiente, mas não colocaria na escola ou seja, alguns grupos étnicos que tinham as práticas tradicionais de jogar as crianças deficiente no mar justificando que é irã não pode crescer dentro família?*

Informante 1:

Aconselhar aos pais que tenham prática de jogar o recém nascido no mar, sustentando ideia que é irã, não pode viver junto da família. E apelando os praticantes desses atos, evitem fazer ainda, trazendo as referências das pessoas

com deficiências, que têm dados as suas contribuições no país (Iuri Fernando Impame, 2025).

Informante 2:

lançou vibrantes apelos às famílias das crianças que investe na educação dos seus educandos, por mais que a pessoa nasce com deformidade, deve ser protegido contra maus atos. Para as mães que estão grávidas, dar à luz a criança com autismo, muitas das vezes a família não confia que é criança, mas dessa forma, existem orfanatos que acolhem esse tipos de pessoas (Jaim Agostinho Cá, 2025).

Em relação a esse assunto, no meu ponto de vista enquanto guineense, vivenciei essa prática uma vez na nossa aldeia alguns anos atrás. Entende que não é boa, ninguém merece ser assassinado porque nasce com um problema, não pode fazer parte de uma família ou seja, um grupo étnico. por mais que a pessoa é mudo, surdo e tem outros problemas tem que ser aproveitado para a sociedade.

Pergunta 5: Como o senhor avalia o papel das organizações internacionais na Guiné-Bissau, que apoia educação das pessoas com deficiências?

Informante 1:

Relativamente ao papel das organizações internacionais, no apoio na educação das pessoas com necessidade especiais Iuri considera um trabalho positivo para o país, porque os parceiros internacionais têm vindo apoiar muitos projetos educacionais na Guiné Bissau, este apoio de cooperação é uma forma de melhorar o setor do ensino (Iuri Fernando Impame, 2025).

Informante 2:

Actual Presidente do Conselho Consultivo Nacional das crianças e jovens da Guiné-Bissau Escola Nacional de Inclusão, afirma que vivenciaram vários apoios que foram pelas organizações internacionais, desempenham papel importante na luta pelos direitos humanos, igualmente, de pessoas com deficiência. As ações não governamentais são mais visíveis em relação às do Estado, destaco já Humanité & Inclusion pelo brilhante trabalho que tem feito entre os anos 2017, UNFPA e União Europeia. São elas, ongs que controlam e apoiam as pequenas políticas sobre inclusão na Guiné.(Jaim Agostinho Cá, 2025).

Durante anos que estive na Guiné-Bissau, constatou boas relações das comunidades internacionais como o governo guineense, estão empenhando na busca de melhorar educação inclusiva e não só, mas também, nas outras áreas sociais como saúde, tudo indica que as organizações estão no país, como forma de ajudar na resolução dos problemas que o governo não na altura para resolver. .

Pergunta 6: No seu ponto de vista, o que constatou sobre maiores dificuldades das pessoas com deficiências que se enfrentam na escola guineense?

Informante 1:

As maiores dificuldades que alguns alunos enfrentam nas escolas são: falta de preparação dos alguns professores na transmissão dos conteúdos, dificuldades de cessar transporte escolar, distâncias, falta de acompanhamento de alguns pais tudo resultou na desistência de alguns alunos na escola (Iuri Fernando Impame, 2025).

Informante 2:

As organizações internacionais têm um papel fervoroso na luta pelos direitos humanos, igualmente, de pessoas com deficiência. As ações não governamentais são mais visíveis em relação às do Estado, destaco já Humanité & Inclusion pelo brilhante trabalho que tem feito entre os anos 2017, UNFPA e União Europeia. São elas, ongs que controlam e apoiam as pequenas políticas sobre inclusão na Guiné. (Jaim Agostinho Cá, 2025).

Em relação às questões que conversamos com entrevistados, entende que as maiores dificuldades que eu vivencia são: questão da distância sobretudo, os alunos que estão no interior do país alguns não sabem se existe a escola como por exemplo: o meu sobrinho, nunca frequentou a escola. Enquanto na cidade, alguns deles são matriculados, mas acaba abandonando as salas de aulas por questão da distância e própria sistema que às vezes não favorece, ou seja, as exclusões continuam sendo visto nas próprias escolas. Porque são alvos de ataques discriminados pelos próprios conhecidos. Neste sentido, as entidades componentes têm que tomar as medidas duras para combater essas práticas e por fim essas discriminações.

Pergunta 7: No seu ponto de vista, o quê o governo guineense poderia melhorar na educação Inclusiva na Guiné-Bissau?

Informante 1:

O governo guineense precisa melhorar as infraestruturas escolares para a acesso das Pessoas com Deficiência; melhorar o processo formativo nos Centros de Formação dos Professores; reforma curricular, trazendo temáticas e metodologias da Educação Inclusiva; materiais didáticos (braille, aparelho gravador...), para proporcionar o ensino/aprendizagem inclusivo. (Iuri Fernando Impame, 2025).

Informante 2:

O estado precisa fazer o máximo possível para colocar as escolas em todos territórios como forma de tirar os alunos do isolamento e diminuir números das pessoas que não tem acesso a escolas no país (Jaim Agostinho Cá, 2025).

Para melhorar a educação inclusiva, o governo guineense precisa adotar uma política educacional como forma de garantir as infraestruturas em todos os seus aspectos físicos a nível nacional, como forma de atender as necessidades dos alunos, procurar as estratégias para efetivar o ensino inclusivo, adotar a metodologia adequada em concordância com currículo nacional, melhoria qualidade de educação, saúde e transporte.

Pergunta 8: *Relações dos professores com as crianças nas salas de aulas?*

Informante 1:

Em relação ao professor com os alunos nas salas de aulas são boas, mas apesar que ainda existem algumas práticas de exigência e a didática tradicional mecânica de esforçar o aluno para trabalhar, mesmo que não esteja disposto a fazer tem que se esforçar (Iuri Fernando Impame, 2025).

Informante 2:

Afirma que, as relações dos professores com as crianças são normais, quase um laços família, muitos docentes desempenham papel do educador e ao mesmo tempo, como docente neste sentido, para ele os professores da escola de inclusão é de agradecer, apesar que existe muitos desafios, mas sempre tentam fazer no máximo que possível trabalhar com as crianças na escola (Jaim Agostinho Cá, 2025).

Quanto às relações entre o/a docente e alunos/as na escola, esse/a professor está bem preparado moralmente para atender e lidar com qualquer que seja aluno/a na sala de aula também, tem que estar bem treinado em termo pedagogicamente para transmitir os conteúdos aos/às estudantes. Isso significa que o/a professor precisa ensinar às crianças diferentes visões para que eles conheçam a inclusão e outras realidades.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desta perspetiva, considerando o assunto que abordei sobre educação inclusiva na Guiné Bissau, é preciso que o governo redobre os esforços no sentido de criar as políticas públicas educacionais que poderiam melhorar o setor educativo. É uma das formas que podemos solucionar os problemas da educação na Guiné, porque as políticas públicas têm ajudado muitos países em termos do desenvolvimento econômico social, então, temos que apostar nas ações que podem responder às necessidades educativas visando o bem estar de todos os cidadãos.

Neste sentido, é preciso que o governo guineense possa adotar novas políticas que priorizam as leis que promovem e priorizam a inclusão social, a igualdade nos espaços públicos também, que discutirem os assuntos da inclusão social seja nas instituições assim como nos órgãos de comunicação social. Adotar as leis que combatem os preconceitos, discriminações no qual poderão punir o infrator da discriminação.

Ainda, é necessário que o governo preciso criar as condições para as pessoas com necessidades especiais tenham os seus direitos e deveres, em qualquer assuntos importante de caráter pública, são primeiros os que merecem ser atendidos e dados as oportunidades, no mesmo sentido. Também, preciso apostar na criação das infraestruturas, formação dos professores na área da inclusão social, adotar novas metodologias adequadas com os graus das deficiências que permitem os alunos assimilassem os conteúdos.

Portanto, com essa dinâmica, assim que podemos garantir educação inclusiva de qualidade. Além disso, é necessário levar em consideração a questão da inclusão no país, no sentido de sensibilizar a sociedade, como forma de lidar com os deficientes, mudança da mentalidade e o respeito à diferença.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA LUSA, 2016. **Tradição mata bebês na guiné, sobrevivente luta a cantar**. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/tradicao-mata-bebes-naguine-sobrevive-nte-luta-a-cantar_n947995 Acesso em: 03 maio. 2025.
- ANTÓNIO, António; MENDES, Geovana Mendonça Lunardi. **Educação Especial e Inclusiva em Angola: um contexto local subalterno a uma agenda global**. Revista Educação Especial, p. e23/1-26, 2024.
- ARCANJO, Celina Isabel André. **Educação inclusiva para crianças com deficiência visual no município de Libolo, província de Kwanza Sul-Angola**. 2021.
- CABRAL, Amílcar. **A educação era a principal arma**. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/para-am%C3%ADlcar-cabral-a-educa%C3%A7%C3%A3o-era-a-principal-arma-da-liberta%C3%A7%C3%A3o/a-18200807>. Acesso em: 25 maio. 2025.
- BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>>. Acesso em: 15 de dez 2024.
- CÁ, Fernanda. **Políticas públicas de inclusão e acesso à educação de pessoas com deficiências (PCD) na Bissau/Guiné-Bissau**. 2023. Disponível em acesso: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/4784>. Acesso em: 12 de jan 2025.
- CÁ, Lourenço Ocuni. **Perspectiva histórica da organização do sistema educacional da Guiné-Bissau**. 2005. 280 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005. 1-259. Acesso em: 12 de jan 2025.
- COSTA, Eunice Aníbal. **Crianças-irã na Guiné-Bissau 2023**. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/3482>. Acesso em: 2 fev 2025.
- DIAS, Augusto Silva. **Problemas do direito penal numa sociedade multicultural: o chamado infanticídio ritual na Guiné-Bissau**. 1996. Disponível em: Acesso: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.fd.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2014/12/Dias-Augusto-Silva-Faz-sentido-punir-o-ritual-do-fanado-Reflexoes-sobre-a-punibilidade-da-excisao-clitoridiana>. Acesso em: 30 de jan 2025.
- GOMES, Admite Fernando. **Educação inclusiva na Guiné Bissau: uma análise sobre a inclusão das pessoas com necessidades educativas especiais no processo de ensino e aprendizagem** 2021. Disponível em Acesso: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2808>. Acesso em: 9 Abr. 2025.
- GOMES, Maria de Fátima. **Papel da Família na Inclusão de Alunos portadores de deficiência auditiva: Estudo de Caso na escola básica Eugénio Tavares**. 2010. Tese de Doutorado. Universidade Jean Piaget de Cabo Verde. Disponível em acesso: <https://scholar.google.com.br/scholar?lookup=0&q>. Acesso em: 19 jan 2025.
- GUIMARÃES, Thaliane Cristina Alves et al. **Educação inclusiva e os desafios da escola**. 2022. Disponível em: Acesso: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/5047>

Acesso em: 18 mar 2025.

GUINÉ BISSAU. **Lei de Base do Sistema Educativo da Guiné Bissau**. Ministério da Educação Nacional, Cultura, Ciência, Juventude e dos Desportos 2010. Disponível em: Acesso em: https://scholar.google.com.br/scholar?lr=lang_pt q. Acesso em: 7 jan 2025.

GUINEA-BISSAU. **Constituição da República**. República da Guiné-Bissau, Assembleia Nacional Popular, 1996. Disponível em acesso: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5. Acesso em: 7 jan 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008. Disponível em Acesso: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR &as_sdt=0%2C5 > q. Acesso 25 Abr 2024.

IALÁ, E. J. Moreira; CÁ, Carolino. Educação inclusiva na Guiné-Bissau: uma realidade ou farsa? Inclusive educação na Guinea-Bissau: reality of farce?. **Revista Cocar**, n. 19, 2023. Disponível em acesso: A Revista Cocar está Licenciada com Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. Acesso em 17 mar 2025.

IALÁ, Evanilson José Moreira. **A educação inclusiva em Guiné-Bissau: uma abordagem a partir da realidade de Liceus educacionais**. 2021. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1bWNQDlc2LGJMPW6lCDbPrXvCaxIzdlUDMUh vYzPcx38/edit?tab>. Acesso em: 10 maio 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS - (INE). **Recenseamento geral da população e habitação, Guiné-Bissau**. 2009. p. 2-146. Disponível em: Chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://stat-guinebissau.com/Menuprincipal/IV_RGPH/rgph1/deficientes.pdf. Acesso em: 12 abr. 2025.

INSTITUTO NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://uniogbis.unmissions.org/sites/default/files/binder1_final_inde_referencial_29_november2019_revised_for_web. Acesso em: 17 mar 2025.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. Ed São Paulo: Atlas, 2003

LÚCIO, Juliane Silva Souza, **Inclusão escolar: uma reflexão sobre os alunos especiais no ensino regular**. Disponível em: acesso em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1865/1/artigo%20JULIANE%203%20vers%C3%A3o>. Acesso em: 26 maio. 2025.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?**. Summus Editorial, 2015. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5q=MANTOAN%2C+Maria+Teresa+Egl%C3%A9r.+Inclus%C3%A3o+escolar%3A+O+que+%C3%A9%3F+Por+qu%C3%AA%3F+Como+fazer%3F.+Summus+Editorial%2C+2015.&btnG. Acesso em: 17 mar. 2025.

MANZINE, Eduardo José. **Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros**. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_entrevista_semi-estruturada. Acesso em: 20 maio. 2025.

NANQUE, Jailson Carlos. **Políticas Públicas para pessoas com deficiência na Guiné Bissau: uma análise ao acesso à educação e transportes**. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/browse?type=author &value=%2C> Acesso em: 25 abr. 2025.

Políticas públicas para pessoas com deferência na Guiné-Bissau: uma análise ao acesso à educação e transporte. 2023. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/4793>. Acesso em: 10 abr. 2025.

CADIDJATU Candé, CLÁUDIA Rocha: **Relatório da situação da criança na Guiné-Bissau 2015/2016.** disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.fecong.org/pdf/publicacoes/FEC_Relatorio_SituacaoCrianca_na_GB_site.pdf. Disponível em: Acesso 10 jun 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Declaração de Salamanca:** sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. 1994. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=ORGANIZA%C3%87%C3%83O+DAS+NA%C3%87%C3%95ES+UNIDAS+PARA+A+EDUCA%C3%87%C3%83O%2C+A+CI%C3%84NCIA+E+A+CULTURA.+Declara%C3%A7%C3%A3o+de+Salamanca%3. Acesso em: 15 abr. 2025.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. **Plano Estratégico Nacional de Educação Inclusiva para a Guiné-Bissau 2022 – 2028.** Disponível em: <https://www.unicef.org/guineabissau/media/2136/file/Plano%20Estrat%C3%A9gico%20Nacional%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Inclusiva%20para%20a%20Guin%C3%A9-Bissau%202022%20%E2%80%93%202028>. Acesso em: 24 set. 2023.

RELATÓRIO ANUAL SOBRE A SITUAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA GUINÉ-BISSAU. disponível em: dchromeextension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/r_lusofonos/r_guine_bissau_2007_situacao_dh_gb.pdf. Acesso em: 2 jun. 2025.

SANHA, Bule. **Educação inclusiva no ensino primário guineense.** 2022. Disponível em: <https://repositorio.ipsantarem.pt/entities/publication/0f78b971-1726-42f1-9709-9847a8fc5e77> . Acesso em: 30 dez 2024.

SILVA, Adilson Florentino Da. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais:** deficiência física. 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deffisica>. Acesso em: 26 maio 2025.

SILVA, Julinho. **Educação Especial Inclusiva das pessoas com Deficiência Visual na Guiné-Bissau:** Uma Análise a partir das Políticas Educacionais Brasileiras/ Julino da Silva. Acesso em 29 Abr 2025.

SOUZA, Jair José cartilha. **Inclusões dos alunos com necessidades específicas 2022.** Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/703143/2/Cartilha%20Legal>. Acesso em: 13 fev. 2025.

SOUZA, Ledezma de, Aline et al. A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA \NO CONTEXTO ESCOLAR: relato de experiência. **Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGENEN)**, v. 3, n. 1, 2019.

SOUZA, Livia Barbosa Pacheco; MANGA, Elizabete Essamai; MARQUES, Manuel Mfinda Pedro. AUTISMO EM GUINÉ-BISSAU: DESAFIOS CULTURAIS, PERSPECTIVAS DE INCLUSÃO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 10, p. 2353-2368, 2024.

SOUZA, Rita de Cácia Santos (org.) et al. **Pontos e contrapontos da educação inclusiva / Organizadoras:** Rita de Cácia Santos Souza, Denize da Silva Souza, Cândida

Luisa Pinto Cruz, Débora dos Reis Silva Backes, Michele Morgane de Melo Mattos, Clécia Souza Santos. -- 1. ed. – Aracaju, SE: Criação Editora, 2024.

SOUZA, Lindomar Antônio de. **Inclusão social pela escola**: uma realidade a ser conquistada na Escola José Eduardo Vieira Raduan no município de Cariranhá-Ba. 2015.

UANGNA, Elia Maria Leandro. **Guiné-Bissau**: uma análise do sistema de gestão na escola pública. Disponível em: <http://tede.upf.br:8080/jspui/handle/tede/2508> Acesso em: 20 abr. 2024.



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA - UNILAB**
INSTITUTO DAS HUMANIDADES/IH
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do estudo: Desafios e Perspectivas para a sua Efetivação na Guiné-Bissau 2015-2025.

Pesquisador responsável: Pedro Rui Mendes

Instituição/Departamento: Instituto das Humanidades /IH

Orientador: Profa. Dra. Geranilde Costa e Silva

Telefone e endereço postal completo: 85 999945447

Local da coleta de dados: Guiné-Bissau

Você está sendo convidado (a) para ser participante da Pesquisa intitulada “Desafios e Perspectivas para a sua Efetivação na Guiné-Bissau 2015-2025”, de responsabilidade do pesquisador Pedro Rui Mendes. Pesquisa vinculada ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Licenciatura em Pedagogia, pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

Solicito que leia cuidadosamente o que se segue e pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Caso se sinta esclarecido (a) sobre as informações que estão neste Termo e aceite fazer parte do estudo, oriento que assine ao final deste documento, em duas vias, sendo uma via sua e a outra do pesquisador responsável pela pesquisa. Saiba que você tem total direito de não querer participar.

O trabalho tem por objetivo, analisar os desafios e perspectivas da Educação Especial em Guiné-Bissau.

IMPORTANTE:

A participação nesta pesquisa consistirá no preenchimento do formulário com perguntas abertas em relação ao tema.

Durante a execução da pesquisa poderão ocorrer riscos como:

- a) Falta de interesse dos docentes e Núcleo Gestor em participar na pesquisa;
- b) Falta de informação que precisa para compor a pesquisa;
- c) Em caso de não ter a disposição e envolvimento dos professores/técnicos na pesquisa, isso poderá resultar no enfraquecimento da pesquisa.

* Entretanto, a forma pelo qual cada um destes supostos riscos poderão serem minimizados é

seguinte:

- a) Estabelecer contato antecipadamente com Iuri Fernando Impame, informando lhes propósito de pesquisa e objetivo de pesquisador em relação à pesquisa, de modo a não entrar nas complicações que futuramente poderão inviabilizar a construção da pesquisa;
- b) Levar em consideração a satisfação e consentimento dos entrevistados;
- c) Pedir autorização para tirar fotografia como arquivo e registrar o momento.

Os/as participantes terão oportunidade de poder falar das suas experiências em relação ao tema e uma reflexão crítica sobre o curso de Licenciatura em Pedagogia.

Os/as participantes não terão nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderão retirar sua concordância na continuidade da pesquisa a qualquer momento.

Não há nenhum valor econômico a receber ou a pagar aos voluntários pela participação, no entanto, caso haja qualquer despesa decorrente desta participação haverá o seu ressarcimento pelos pesquisadores.

Caso ocorra algum dano comprovadamente decorrente da participação no estudo, os voluntários poderão pleitear indenização, segundo as determinações do Código Civil (Lei nº 10.406 de 2002) e das Resoluções Nº 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

O nome dos/as participantes será mantido em sigilo, assegurando assim a sua privacidade, e se desejarem terão livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que queiram saber antes, durante e depois da sua participação.

Os dados coletados serão utilizados única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e os resultados poderão ser publicados.

Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com responsável pela pesquisa, Pedro Rui Mendes telefone: 85 999945447. e-mail: Pm0038888@gmail.com.

Por outro lado, caso seja necessário pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Unilab, localizado na Av. da Abolição, s/n, no Centro da cidade de Redenção (CE), e-mail: cep@unilab.edu.br.

Eu, Iuri Fernando Impame,

Documento nº 00371792 declara ter sido informado e concordo em ser participante da pesquisa acima descrito.

Cidade, Birau de 06 de março de 2025

Profimpame
Assinatura do participante

